

Monte Carmelo

Geração de Energia 44 Ltda.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Cotistas da
Monte Carmelo Geração de Energia 44 Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Monte Carmelo Geração de Energia 44 Ltda. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Monte Carmelo Geração de Energia 44 Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Certificados de Recebíveis Imobiliários – reconhecimento e mensuração

Conforme divulgado na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, a Sociedade captou recursos financeiros, durante o exercício de 2022, por meio de cessão de créditos imobiliários que deram base à emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs). Em 31 de dezembro de 2022, o saldo a pagar referente aos CRIs é de R\$54.982 mil.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

O reconhecimento e desreconhecimento de passivos e ativos financeiros referentes ao empréstimo captado por meio da cessão de créditos imobiliários e emissão dos CRIs, de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9 – “Financial Instruments”) requer o exercício de julgamento significativo sobre retenção de riscos e benefícios, controle sobre ativos, reconhecimento de garantias, dentre outros aspectos. Adicionalmente, referido instrumento de dívida possui cláusulas restritivas que requerem o atendimento a determinadas condições e outras obrigações não financeiras. A captação de recursos por meio dos CRIs tem como objetivo o financiamento da construção das usinas de geração fotovoltaica. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos o reconhecimento e a mensuração dos passivos e ativos referentes aos CRIs como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Dessa forma, nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros relacionados aos CRIs; (ii) leitura dos contratos e demais documentos suporte da operação; (iii) testes substantivos relacionados aos valores captados, bem como das receitas e despesas referentes aos CRIs reconhecidas no resultado do exercício; (iv) checagens de fontes externas para a confirmação de quantidades de certificados e valores; e (v) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de reconhecimento e mensuração dos passivos e ativos relativos aos CRIs, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

MONTE CARMELO GERAÇÃO DE ENERGIA 44 LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>Controladora</u>	
		<u>2022</u>	<u>2021</u> (Não Auditado)
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.797	31
Outros ativos	5	<u>582</u>	<u>27</u>
Total do ativo circulante		<u>2.379</u>	<u>58</u>
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	6	30.483	-
Imobilizado	7	41.812	19
Direito de uso de ativo	8	6.100	529
Intangível	9	<u>230</u>	<u>-</u>
Total do ativo não circulante		78.625	548
TOTAL DO ATIVO		<u>81.044</u>	<u>606</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota</u>	<u>Controladora</u>	
		<u>2022</u>	<u>2021</u> (Não Auditado)
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	1.231	-
Passivo de arrendamento	8	1.394	117
Partes relacionadas	12	15.703	-
Obrigações Tributárias		<u>220</u>	<u>2</u>
Total do passivo circulante		<u>18.548</u>	<u>119</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	54.982	-
Passivo de arrendamento	8	<u>4.986</u>	<u>418</u>
Total do passivo não circulante		<u>59.968</u>	<u>418</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13	783	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	1.061	72
Reserva Legal	13	32	-
Lucro (Prejuízos) Acumulados		<u>612</u>	<u>(4)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>2.488</u>	<u>69</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>81.004</u>	<u>606</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MONTE CARMELO GERAÇÃO DE ENERGIA 44 LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Controladora</u>	
		<u>2022</u>	<u>2021</u> (Não auditado)
Outras receitas operacionais			
Despesas com vendas	14	-	-
Despesas gerais e administrativas	14	<u>(472)</u>	<u>(3)</u>
		(472)	(3)
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(472)</u>	<u>(3)</u>
Receitas financeiras	15	5.502	-
Despesas financeiras	15	<u>(4.345)</u>	<u>(1)</u>
		1.157	(1)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>685</u>	<u>(4)</u>
Imposto de renda e contribuição social	17	(37)	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		<u>648</u>	<u>(4)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MONTE CARMELO GERAÇÃO DE ENERGIA 44 LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u> (Não auditado)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	648	(4)
Resultado abrangente do exercício	<u>648</u>	<u>(4)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MONTE CARMELO GERAÇÃO DE ENERGIA 44 LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social <u>subscrito</u>	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (NÃO AUDITADO)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1	72	-	-	-	73
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(4)	(4)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (NÃO AUDITADO)	<u>1</u>	<u>72</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>69</u>
	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	72	(72)	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.061	-	-	-	1.061
Cessão e transferência de quotas recebidas	710	-	-	-	-	710
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	648	648
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	32	-	(32)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	612	(612)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u>783</u>	<u>1.061</u>	<u>32</u>	<u>612</u>	<u>-</u>	<u>2.488</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MONTE CARMELO GERAÇÃO DE ENERGIA 44 LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u> (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	648	(4)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	185	90
Remuneração títulos e valores mobiliários	(1.453)	-
Juros sobre empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento	<u>4.404</u>	<u>613</u>
	<u>3.784</u>	<u>699</u>
Variação dos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes	-	-
Outros créditos	(74)	(27)
Fornecedores	1.133	-
Impostos e tributos a recolher	244	2
Partes relacionadas	14.286	-
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, arrendamentos	(4.372)	(613)
Impostos Pagos	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(37)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>14.964</u>	<u>61</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(41.724)	(18)
Títulos e valores mobiliários	(29.030)	-
Caixa incorporado	<u>7</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(70.747)</u>	<u>(18)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	57.072	-
Amortização empréstimos e financiamentos	(2.107)	-
Mútuo com partes relacionadas	1.402	-
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	121	(85)
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	1.061	72
Aumento de capital	<u>-</u>	<u>1</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>57.549</u>	<u>(12)</u>
	<u>1.766</u>	<u>31</u>
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	<u>31</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.797	31
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.766</u>	<u>31</u>
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.766</u>	<u>31</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MONTE CARMELO GERAÇÃO DE ENERGIA 44 LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Monte Carmelo Geração de Energia 44 Ltda. (“Companhia” ou “Empresa”), constituída em 15 de abril de 2021, possui como sócias/quotistas a EBES Sistemas de Energia S.A. com 99,96% e Finco Assessoria Financeira Eireli com 0,004%. A Empresa tem a sua sede instalada na Estrada Iraí a Celso Bueno, número KM 05, bairro / distrito Monte Carmelo, município Monte Carmelo - MG, CEP 38500--000.

A Empresa tem por objeto principal desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriunda de fonte solar, bem como desenvolver atividades direta ou reflexamente relacionadas a consecução de tais atividades de geração e comercialização da energia elétrica, incluindo a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia, incluindo, mas não se limitando a equipamentos de geração de energia solar, a estruturação e participação em projetos de geração de energia distribuída relacionado ao sistema de compensação de energia da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Empresa atua desenvolvendo projetos de implantação e operação de Usinas de Micro e Minigeração de Energia Fotovoltaicas (UFVs). Uma vez construída e estabelecida a UFV, a Empresa aluga os ativos de geração implantados nas UFVs para Consórcios (união de CNPJs) ou Cooperativas (união de CPFs e CNPJs) de consumidores de energia. Os consórcios ou cooperativas compartilham os direitos econômicos das UFVs entre consorciados ou cooperados, conforme o caso, e se responsabilizam pelas despesas de gestão, operação e manutenção da UFV alugada, visando se beneficiarem da geração energética correspondente junto às Empresas distribuidoras de energia, através de desconto em suas contas de energia.

Ao longo do ano fiscal de 2022, iniciou o desenvolvimento de UFVs e, por conseguinte, em 31 de dezembro de 2022, a Empresa possuía 2,5MWac conectados e operando através das UFVs instaladas na matriz e em suas filiais.

Em 2022, sete fazendas estavam em fase pré-operacional (conexão e construção) e possuem previsão de finalização durante o ano de 2023, com capacidade prevista de 17,5 MWac.

Reorganização Societária

Como parte da reestruturação societária da Empresa foram realizadas durante o ano de 2022 operações de incorporações.

Em 31 de Maio de 2022, a Empresa incorporou as empresas Piumhi Geração de Energia 33 Ltda. e Terra Vista Geração de Energia 30 Ltda, entidades que possuem o mesmo controlador da Companhia, EBES, e constituiu a abertura de filiais.

Todas as incorporações foram realizadas visando a otimização da estrutura societária ou busca de sinergia das operações do grupo.

As incorporações realizadas pela Empresa, foram fundamentadas no acervo líquido contábil das entidades acima, apurados com base nos valores contábeis dos laudos de avaliação patrimonial elaborados por avaliadores externos, na data-base de 31 de maio de 2022, sem a geração de ganhos ou perdas, como apresentado abaixo:

Ativo	Acervo líquido incorporado		
	Terra Vista	Piumhi	Total
Caixa e equivalentes de caixa	4	3	7
Contas a receber	-	-	-
Partes Relacionadas	-	-	-
Outros ativos	191	290	481
Circulante	195	293	488
Direito de uso de ativo	831	2.175	3.007
Imobilizado	257	135	392
Intangível	-	-	-
Não circulante	1.088	2.310	3.398
Total do ativo	1.283	2.603	3.886
Passivo			
Fornecedores	97	-	97
Obrigações tributárias	3	6	9
Passivo de arrendamento	7	487	494
Circulante	107	493	600
Partes relacionadas	-	-	-
Passivo de arrendamento	836	1.740	2.576
Não circulante	836	1.740	2.576
Total do passivo	943	2.233	3.176
Total do acervo líquido incorporado	340	370	710

Situação financeira

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa apresenta capital circulante líquido negativo de R\$16.169 (R\$ 61 negativo em 31 de dezembro de 2021) e patrimônio líquido positivo, de R\$2.488, em 31 de dezembro de 2022 (R\$69 de patrimônio líquido positivo em 31 de dezembro de 2021).

Adicionalmente, a Empresa tem saldo de lucros acumulados de R\$612 em 31 de dezembro de 2022 (Prejuízo acumulado de R\$4 em 31 de dezembro de 2021).

Ainda, salientamos que as despesas financeiras somam R\$4.345 em 31 de dezembro de 2022, (R\$1 em 31 de dezembro de 2021) e estão diretamente relacionadas aos instrumentos de dívidas captados pela Empresa para financiar a construção das fazendas solares e garantir a expansão da capacidade de geração de energia compartilhada. Em 31 de dezembro de 2022 o fluxo de caixa das atividades operacionais foi de R\$14.964 positivo (R\$60 positivo em 31 de dezembro de 2021).

Com a conexão das fazendas em desenvolvimento e com a capacidade instalada de 17,5 MWac a partir de 2023, a Empresa deve aumentar significativamente suas receitas recorrentes, atingindo o equilíbrio no resultado operacional. O planejamento da Empresa para os próximos anos é continuar investindo em fontes de energia renováveis, expandido seus negócios e tendo como missão massificar o consumo de energia renovável no Brasil.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes demonstrações financeiras, a Diretoria avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Diretoria não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Diretoria em relação ao futuro da Empresa, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Empresa prepara rotineiramente no decorrer de cada exercício, planos de negócios, que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, que detalham os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Empresa. Estes planos são acompanhados durante o exercício pela Diretoria da Empresa, podendo sofrer alterações.

Impactos da COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Empresa

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Corona Vírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global. Em 11 de março de 2020, a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global.

A rápida e repentina propagação desta pandemia continua causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais e desencadeando decisões significativas de governos e entidades do setor privado que aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e gerou impactos relevantes na atividade econômica de alguns setores.

Apesar do impacto negativo na economia mundial, a COVID-19 não afetou significativamente o resultado e/ou operações da Empresa nos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2022.

Visando reduzir os impactos financeiros a Administração ainda adotou as seguintes medidas:

- Implementação de um comitê de Gestão de Crise;
- Restrições com relação à circulação e a aglomeração de pessoas em suas dependências, como forma de evitar a disseminação do vírus;
- Adoção do regime híbrido a partir de 2021, no período de pandemia, para todos os funcionários;
- Intensificação nos comunicados internos de medidas preventivas.
- Otimização do uso de tecnologia para assegurar o atendimento virtual aos seus clientes, impactando o mínimo possível suas atividades administrativas e operacionais.

Por consequência das medidas apresentadas acima, a Administração considera ter seguido com eficácia os direcionamentos dos órgãos competentes em relação a boas práticas no ambiente de trabalho para prevenção da COVID-19, se adaptou rapidamente à nova realidade de trabalho remoto.

A administração da Empresa continua monitorando o impacto da COVID-19 e a situação global, sua condição financeira, sua liquidez, a situação de seus fornecedores, parceiros e de sua força de trabalho para assegurar a segurança de seus colaboradores e garantir a manutenção de seus negócios.

Adicionalmente, com a normalização da atividade econômica no Brasil, a Empresa não espera efeitos significativos que possam afetar seu resultado ou comprometer sua capacidade operacional e a implementação de novos projetos no próximo exercício.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais de relatório financeiro (IFRS), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Empresa, conforme Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Empresa, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 31 de março de 2022.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras da Empresa, salvo disposição em contrário.

2.3.1. Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 09) Instrumentos Financeiros é vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual).

A Empresa realizou uma avaliação de impacto detalhado na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

O CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Mensuração

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde:

- Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro;
- Menos as amortizações de principal; e
- Mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

Reconhecimento

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas” ou “Custos” respectivamente, no período em que ocorrem.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Empresa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros da Empresa incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, títulos e valores mobiliários, contas a receber e partes relacionadas.

Os passivos financeiros da Empresa incluem, principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento e partes relacionadas.

A Empresa não possui transações de Hedge Accounting em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A “provisão para perdas de crédito esperada”, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração avaliação do risco associado às operações, os títulos vencidos há mais de 60 dias, e a base de experiência histórica de perdas sobre recebíveis, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de curto prazo, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber

Incluem os faturamentos de locação das UFV's para os consórcios e cooperativas registrado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Referem-se a compras de materiais voltados para a elaboração e desenvolvimento dos geradores solares fotovoltaicos, equipamentos para a construção das fazendas solares, serviços a pagar, dentre outros.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos aos valores líquidos recebidos pela Empresa, e o diferencial, tratado como encargos financeiros e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

Capitalização de custos de empréstimos

Os custos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Empresa relativos ao empréstimo. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido.

Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

Os ativos e passivos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificadas no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

2.3.2. Arrendamentos

A Empresa como arrendatário

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor. A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Quanto aos arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor, a Empresa aplica a isenção de reconhecimento prevista pela norma a seus arrendamentos de curto prazo, para os quais o prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra e para arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor, relativos a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Cumpre ressaltar, que os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Direito de uso de ativos

A Empresa reconhece os direitos de uso de ativos na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Empresa e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Empresa exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, A Empresa usa a sua taxa incremental de empréstimos na data de início do contrato, visto que a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamento não pode ser imediatamente determinada. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência dos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Premissas para o reconhecimento

A Empresa reconhece o direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.
- (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma.
- (iii) A Empresa não considera aspectos de renovação em sua metodologia, em razão dos ativos destinados a operação terem a possibilidade de serem substituídos por atualização de futuras tecnologias afetando diretamente a condução dos negócios, e alterando a forma no qual são operados.
- (iv) Contratos que envolvam o uso de ativos de baixo valor não são considerados.
- (iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (vi) A taxa de desconto utilizada é de 23,76% a.a. em 2022 (23,76% em 2021), calculada ao adicionar a curva DI x pré de 08/02/2021. O spread de crédito incidente sobre a emissão do certificado CRI, para o período de 30 anos.
- (vii) Prazo de cada contrato de arrendamento ajustado pela duração do respectivo fluxo de pagamento;
- (viii) Além de taxa livre de risco, foi considerado o risco de crédito da Companhia; e
- (ix) Ambiente econômico similar - risco de crédito da Empresa, risco do país, moeda do contrato e data do início da captação.

As operações de arrendamento da Empresa em vigência em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência substancial de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo na rubrica de passivo de arrendamentos. O passivo é inicialmente reconhecido pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. A taxa de desconto utilizada é a taxa de juros implícita nos contratos.

Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A Empresa como arrendadora

A Empresa atua como arrendadora, locando essas UFVs para os consórcios e cooperativas, e não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo e são classificados como arrendamentos operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

2.3.3. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados, quando elegíveis, até a finalização da construção dos ativos. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação dos ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada ou durante a vigência dos contratos de locação de direito de uso das superfícies onde as usinas fotovoltaicas estão construídas, dos dois o menor. Referidos contratos de locação possuem uma vigência de 25 anos, e a vida útil estimada dos equipamentos é como segue:

	Vida útil (anos)	
	2022	2021
Máquinas e equipamentos solar	25 - 30	25 - 30

No fim de cada exercício, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O valor contábil de um ativo imobilizado é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior que seu valor recuperável estimado (Nota 2.3.5). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.3.4. Intangível

A Empresa capitalizou no intangível os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente, tendo em vista que gerarão benefícios econômicos futuros.

Os valores capitalizados compreendem os gastos com comissão, conforme o CPC 47 – Receita de contrato com cliente. A taxa de amortização foi definida com base no giro médio da carteira de clientes.

2.3.5. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

Em linha com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível, com vida útil determinada, que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Isto posto, a cada encerramento do exercício, a Empresa revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

A Empresa avaliou a recuperabilidade de seus ativos, avaliando seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual impactado pela COVID-19, e não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

O valor recuperável das UFVs foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxo de caixa com base em orçamentos financeiros aprovados pelo conselho de administração, tendo como referência os contratos de locação de cada unidade fotovoltaica durante um período de vinte e cinco anos. A taxa de desconto antes de tributos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 15,03% (12,4% em 2021). As projeções consideram a inflação projetada dos contratos de locação, sem taxa de crescimento.

Considerando o fluxo de caixa descontado de 31 de dezembro de 2022, a Empresa calculou o eventual impacto das alterações na taxa de desconto e na margem EBITDA em relação a todas as projeções de negócio, considerando os cenários dos impactos de redução/aumento no valor recuperável do ativo. A conclusão da Administração é que não há uma perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

2.3.6. Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e suas controladas, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Receita de locação

Receita da locação dos ativos de micro e minigeração de energia fotovoltaica (UFV) para consórcios ou cooperativas de consumidores de energia de baixa e média tensão (sistema de compensação de energia) que compartilham os direitos econômicos destes ativos. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento de 25 anos.

2.3.7. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias.

A Empresa adota o regime tributário lucro presumido, calculados pelas alíquotas regulares de 32% de presunção de lucro, e sobre os 32% incidem 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

2.3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Empresa possuir uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.3.9. Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados.

2.3.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Empresa aplicou pela primeira vez os pronunciamentos vigentes e alterações, a partir de 1º de janeiro de 2022. A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa, visto que ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19.

2.3.11. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- Substituição do CPC 11 Contrato de Seguro para o CPC 50 Contrato de Seguro;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis;
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.
- Alterações ao IAS 12 Imposto diferido Relacionado a Ativos e Passivos;
- Alterações ao IFRS10 venda ou Contribuição entre investidor e sua coligada;

A Empresa está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor, contudo não espera impactos relevantes para as demonstrações financeiras.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Empresa e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

- Provisão para perdas de créditos esperadas: Nota 2.3.1
- Vida útil do ativo imobilizado e intangível: Notas 2.3.3 e 2.3.4
- Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Nota 2.3.5
- Provisão para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais tributários, cíveis e trabalhistas, dentre outros, que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos contratados pela Empresa.

(a) Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: Nota 2.3.2.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021 (não auditado)
Bancos conta movimento	4	3
Aplicações financeiras	<u>1.793</u>	<u>28</u>
	<u>1.797</u>	<u>31</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), remuneradas a taxas de até 85% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e até 103% do CDI em 31 de dezembro de 2022. As aplicações financeiras são compostas por aplicações em Operações Compromissadas, emitidas por instituições financeiras no Brasil, disponível para resgate em até 1 dia.

5. OUTROS ATIVOS

A composição de outros créditos, é conforme segue abaixo:

	2022	2021 (Não Auditado)
Adiantamento a fornecedores	583	27
	<u>583</u>	<u>27</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em julho de 2022, a Empresa celebrou Instrumento para desconto de recebíveis através da 1ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), enquanto cedente dos créditos imobiliários, no montante de R\$145.152 com distribuição pública nos termos da Instrução CVM 414 e Instrução CVM 476, com vencimento em 30 de junho de 2042 (Nota 11).

O instrumento de CRI emitido para financiamento das fazendas solares, é composto por cotistas seniores e subordinadas, sendo que a Empresa detém a totalidade das cotas subordinadas, que totalizam R\$30.483, correspondente ao montante de principal e juros em 31 de dezembro de 2022.

Foram emitidos 29.030.490 (vinte e nove milhões, trinta mil. quatrocentos e noventa) CRI - Subordinados no valor nominal unitário R\$1,00 (um real), na Data de Emissão.

	2022	2021
Certificado de Recebíveis Imobiliários	30.483	-
	<u>30.483</u>	<u>-</u>

7. IMOBILIZADO

a) Saldos

		2022		2021	
				(Não Auditado)	
	Taxa média anual de depreciação - %	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equip. Locados - Fazenda Solar (i)	4	14.497	(91)	14.406	19
Construções em Andamento - Usina Solar (ii)		27.406	-	27.406	-
		<u>41.903</u>	<u>(91)</u>	<u>41.812</u>	<u>19</u>

(i) Refere-se às UFVs, equipamentos de propriedade da Empresa que são locados aos consórcios de geração de energia. O prazo de depreciação das UFVs é analisado levando-se em consideração o prazo da escritura de direito de superfície da terra, onde está instalada a UFV, e o laudo técnico de vida útil dos equipamentos. Dos dois prazos é considerado o menor.

(ii) Refere-se às UFVs, e adiantamento intercompany para a compra de equipamentos de propriedade da Empresa que estão em construção e ainda não foram conectadas.

b) Movimentação

	Fazenda Solar Locadas	Construções em Andamento - Usina Solar	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020 (Não Auditado)	-	-	-
Adições	-	19	19
Depreciação	-	-	-

	Fazenda Solar Locadas	Construções em Andamento - Usina Solar	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021 (Não Auditado)	-	19	19
Adições	14.497	26.994	41.491
Adições Por Incorporação	-	392	393
Depreciação	(91)	-	(91)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	<u>14.406</u>	<u>27.406</u>	<u>41.812</u>

A totalidade das máquinas e equipamentos (fazenda solar) locados e em construção da Empresa foi dada em garantia de empréstimos e financiamentos.

Apesar do cenário reflexo da pandemia COVID-19, bem como a situação financeira da Empresa, descritos na Nota 1, a Administração concluiu que não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos da Empresa.

8. DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Direito de uso

	Saldo em 31.12.2021	Adições	Depreciação	Saldo em 31.12.2022
Terrenos	<u>529</u>	<u>5.661</u>	<u>(90)</u>	<u>6.100</u>
				<u>Terrenos</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2020 (Não Auditado)				-
Adições				<u>529</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2021 (Não Auditado)				<u>529</u>
Adições				2.543
Atualizações				111
Adição por Incorporação				3.007
Depreciação				<u>(90)</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2022				<u>6.100</u>

b) Passivo de arrendamento

	Saldo em 31.12.2021	Adições	Juros	Pagamento juros	Pagamento principal	Saldo em 31.12.2022
	535	5.773	-	613	(541)	<u>6.380</u>
Circulante						1.394
Não Circulante						<u>4.987</u>
						<u>6.380</u>

	Arrendamento (IFRS16)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020 (Não Auditado)	-
Adições	530
Pagamentos	(10)
Juros Incorridos	14
Saldos em 31 de Dezembro de 2021 (Não Auditado)	535
Adições	2.560
Atualizações	143
Adição por Incorporação	3.070
Pagamentos	(541)
Juros Incorridos	613
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	6.380

9. INTANGÍVEL

	Comissão Contratos de Clientes
Saldos em 31 de Dezembro de 2021 (Não Auditado)	-
Adições	233
Amortização	(4)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	229

10. FORNECEDORES

	2022	2021 (Não Auditado)
Fornecedores Nacionais	1.231	=
	<u>1.231</u>	=

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2022	2021 (Não Auditado)
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	143.063	-
Custos de transação a amortizar (CRI)	(2.954)	-
Tranches	(85.127)	=
	<u>54.982</u>	=
Circulante	-	-
Não circulante	54.982	=
	<u>54.982</u>	=

Em julho de 2022, foi realizada a 1ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) da Empresa enquanto cedente dos créditos imobiliários, tendo como referência os contratos de locação de cada unidade fotovoltaica com correspondente consórcio ou cooperativa, no montante de R\$145.152 com distribuição pública nos termos da Instrução CVM 414 e Instrução CVM 476, com vencimento em 30 de junho de 2042.

A taxa de juros fixa remuneratória do CRI equivale a 10%, acrescida de atualização monetária do IPCA. Como lastro da operação de cessão dos créditos, foi considerado o percentual de 80% dos aluguéis a receber pela Companhia.

O instrumento de CRI é composto por certificados de recebíveis imobiliários Seniores e Subordinados, tendo estes últimos sido adquiridos pela Empresa, conforme nota 6.

Este instrumento foi emitido para financiamento das fazendas solares, possuindo enquanto garantia alienação de direito real de superfície, alienação fiduciária de quotas, e alienação fiduciária de equipamentos, além de garantia de natureza fidejussória prestada pela controladora EBES Sistemas de Energia. As subscrições, integralizações e liberações dos recursos do instrumento seguem um cronograma físico financeiro. O valor inicial liberado foi de \$9.147, sendo o valor acumulado liberado até dezembro de 2022 de R\$ 30.995. O restante no montante de R\$ 85.127, (indicados como tranches, no quadro acima), será liberada em 2023, em observância aos prazos, termos e condições descritos nos documentos da operação pré-estabelecidos, os quais estão relacionados ao cronograma físico de conclusão das instalações e conexões das usinas fotovoltaicas atreladas aos créditos imobiliários cedidos.

Modalidade	Taxa de Juros	Moeda	Vencimento	2021	Captações	Provisão dos juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	2022	Circulante	Não circulante
CRI III	IPCA + 10% a.a. (base 252)	BRL	jun/42		145.152	3.777	(3.760)	(2.107)	143.062	5.325	137.737

Cronograma de liquidação:

O cronograma de pagamento das parcelas dos empréstimos e financiamentos do não circulante está demonstrado abaixo:

Vencimento

2024	6.227
2025	6.900
2026	7.700
2027	8.434
2028	9.322
2029	10.217
2030-2034	88.939
	<u>137.739</u>

Cláusulas restritivas (covenants)

A Empresa possui contratos de empréstimo que detém cláusulas restritivas (covenants) de natureza não financeira, cujo descumprimento pode resultar, no vencimento antecipado das dívidas em questão, entre outros, tais como:

- (i) Limitação de distribuição e/ou pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou similares, caso esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias.
- (ii) Redução de capital social, exceto para fins de absorção de prejuízos acumulados.

(iii) Inadimplemento ou protesto de obrigações pecuniárias.

(iv) Reorganização societária, excetuada as hipóteses autorizadas.

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais nos referidos contratos.

12. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa possuía saldos em aberto com a controladora Ebes Sistemas de Energia S.A., conforme consta abaixo:

a) Saldos

Passivo circulante	2022	2021 (Não Auditado)
Fornecedores Intercompany	14.286	-
Mútuo	1.402	-
Juros	15	-
	<u>15.703</u>	<u>-</u>

As transações de compras correspondem a aquisição dos principais componentes utilizados na construção das usinas fotovoltaicas (módulos/inversores) entre a Empresa e sua controladora, sem margem, tendo em vista que somente a controladora possui registros para importação dos equipamentos.

O saldo de mútuo não possui vencimento definido, e é atualizado com base em uma taxa de juros de 1% a.m.

b) Remuneração da Diretoria

A remuneração da Diretoria inclui benefícios de curto prazo, tais como salários, os encargos sociais e bônus. A remuneração da Diretoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é paga diretamente pela controladora da Empresa.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social, totalmente integralizado, é de R\$ 1.038 representado em 1.038 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuído entre seus quotistas:

Acionistas	2022		2021	
	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Ebes Sistemas de Energia S.A.	783.660	99,96%	999	100%
Finco Assessoria Financeira Eireli	3	0,004%	1	0%
	<u>783.663</u>	<u>100%</u>	<u>1.000</u>	<u>100%</u>

Composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
		(Não Auditado)
Capital Social Integralizado	783	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	<u>1.061</u>	<u>72</u>
	<u>1.844</u>	<u>73</u>

a) Aumentos de capital

- (i) Em 30 de abril de 2022, houve o aumento do capital social da Empresa, no valor de R\$ 72 em decorrência de um contrato de adiantamento para futuro aumento de capital social, firmado em 30 de novembro de 2021. Desta maneira, o capital social da Sociedade passou a ser de R\$ 73, dividido em 73 quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada.
- (ii) Em 19 de agosto de 2022, houve o aumento do capital social da Empresa, no valor de R\$710, em decorrência das incorporações ocorridas na Ata de Reunião de Sócios de 19 de agosto de 2022. Nesse sentido, o capital social da sociedade passou de R\$73. para R\$ 783, dividido em 783 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia recebeu, durante o ano de 2022, adiantamentos no montante de R\$ 1.061 de sua controladora Ebes Sistemas de Energia S.A, para futuro aumento de capital (R\$ 72 em 31 de dezembro de 2021).

c) Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. Em função dos lucros apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, foi constituída reserva legal no total de R\$32.

d) Reserva de lucros

A reserva de lucros é formada por lucros retidos e estão à disposição da Administração para distribuição. Em 2022, em decorrência do lucro apurado, foi constituída reserva de lucro de R\$612.

e) Distribuição de dividendos

Nenhum valor de dividendos foi distribuído no ano de 2022.

14. ABERTURA DOS CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2022</u>	<u>2021</u> (Não Auditado)
Matérias-primas, materiais e serviços terceiros	(3)	(3)
Serviços de terceiros	(126)	-
Aluguéis	3	-
Depreciações e amortizações	(162)	-
Despesas tributárias	(182)	-
Uso e consumo	(2)	-
	<u>(472)</u>	<u>(3)</u>
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	-	(3)
Gerais e administrativas	(472)	-
	<u>(472)</u>	<u>(3)</u>

15. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2022</u>	<u>2021</u> (Não Auditado)
Despesas bancárias	(60)	(1)
Juros, multas e descontos	(4.285)	-
	<u>(4.345)</u>	<u>(1)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	5.502	-
	5.502	-
	<u>1.157</u>	<u>(1)</u>

16. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Empresa no curso normal dos seus negócios está sujeita a riscos processuais, sobre os quais a Diretoria apoiada por seus assessores jurídicos avalia anualmente, e, quando necessário, constitui provisões baseadas nessa avaliação sob a melhor estimativa que possuem na oportunidade do evento.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa não detinha nenhum processo com probabilidade de perda provável e possível.

17. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento de riscos

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela sua Diretoria. As operações da Empresa estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

Instrumentos financeiros por categoria de valor justo e contábil

O valor contábil dos principais instrumentos financeiros não diverge materialmente dos seus respectivos valores justos, e estão classificados a seguir:

	2022		2021		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Mensuração a valor justo
Ativos Financeiros					
<u>Valor justo por meio de resultado</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	1.797	1.797	31	31	Nível 2
Títulos e valores mobiliários	30.483	30.483	-	-	Nível 2
	<u>32.280</u>	<u>32.280</u>	<u>31</u>	<u>31</u>	
Passivos Financeiros					
<u>Custo amortizado</u>					
Fornecedores	1.231	1.231	-	-	Nível 2
Empréstimos e financiamentos	140.109	140.109	-	-	Nível 2
Passivo de arrendamento	6.381	6.381	535	535	Nível 2
Partes Relacionadas	<u>15.703</u>	<u>15.703</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	Nível 2
	<u>163.424</u>	<u>163.424</u>	<u>535</u>	<u>535</u>	

a) Considerações sobre riscos

Hierarquia

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Empresa para cada instrumento.

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2022	2021 (Não Auditado)
Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito (i)	4 e 5	1.797	31
Títulos e valores mobiliários (ii)	8	30.483	-
		<u>32.280</u>	<u>31</u>

(i) Bancos: Esses montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações.

(ii) Títulos e valores Mobiliários Corresponde as cotas subordinadas (TVM), adquiridas pela empresa.

Os limites de crédito dos clientes não são analisados diretamente na Empresa. Esta análise é realizada na controladora Ebes Sistemas de Energia S.A, de forma individual, e representam o montante máximo de exposição aceito para cada cliente. Esses limites são revistos sempre que necessário ou solicitado.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preço das matérias-primas, têm nos ganhos da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar retornos.

Risco de variação cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Empresa não apresenta saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 4.

A Empresa gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a pagar sujeitos a taxas prefixadas ou pós-fixadas.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Empresa é manter níveis de liquidez adequadas para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Diretoria julga que a Empresa não tem risco de liquidez significativo, considerando a sua capacidade de geração de caixa. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez. A tabela a seguir demonstra os riscos de liquidez dos principais instrumentos financeiros por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro não descontado da Empresa em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<u>Saldo</u>	<u>Fluxo financeiro</u>	<u>Menos de 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 ano a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2022							
Passivos:							
Fornecedores	1.231	1.231	1.231	-	-	-	1.231
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	140.109	298.441	3.215	14.740	100.709	179.777	298.441
Passivos de arrendamentos (Nota 8)	6.381	31.046	267	801	5.341	24.636	31.046
Partes Relacionadas (Notas 12)	15.703	15.703	15.703	-	-	-	15.703
	<u>Saldo</u>	<u>Fluxo financeiro</u>	<u>Menos de 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 ano a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2021 (Não Auditado)							
Passivos:							
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	-	-	-	-	-	-	-
Passivos de arrendamentos (Nota 8)	535	3.493	29	88	584	2.793	3.493

e) Risco regulatório

A Empresa está sujeita às regulações do segmento de Geração Distribuída Remota. As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros da Empresa são monitoradas pela Diretoria Executiva e pela Diretoria.

f) Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros

A Empresa efetuou análises de sensibilidade, elaboradas com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

- Aplicações financeiras, caixa restrito, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivos de arrendamentos indexados ao CDI e IPCA. Os financiamentos com juros pré-fixados não fazem parte desta análise
- Empréstimos e financiamentos;
- Fornecedores.

		3	2	1	1	2	3
		Alta	Alta	Alta	Queda	Queda	Queda
Operação	Risco	35%	20%	10%	10%	20%	35%
<u>Exposição a índices variáveis</u>							
Ativo:							
Caixa Restrito	Alta/queda CDI	4.769	4.689	4.635	4.529	4.476	4.396
Passivo:							
Empréstimos e financiamentos	Alta/queda CDI e IPCA	4.353	4.287	4.242	4.153	4.108	4.041
Passivos de arrendamentos	Alta/queda CDI e IPCA	499	491	486	476	470	463

18. COBERTURA DE SEGUROS

Os ativos imobilizados da Empresa estão garantidos por contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes pela Diretoria para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

A Diretoria da Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados como suficiente para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade.

Os contratos de seguros têm vigência de um ano, sendo renovados anualmente.

Descrição	Limite máximo de indenização	Início vigência	Término vigência
Responsabilidade Civil		15/12/2022	15/12/2023
Obras Cíveis e/ou Serviços de Instalação e/ou Montagem de Máquinas e/ou Equipamentos	10.000 por evento e 20.000 no agregado		
Riscos operacionais		28/12/2022	28/12/2023
Danos Materiais - Inclusive Decorrentes de incêndios de qualquer natureza	60.000		
Erros e omissões	26.500		
Vendaval Furacão e Ciclone	30.000		
Danos elétricos	10.000		
Despesas extraordinárias	1.000		
Despesas de agilização	1.000		
Despesas de desentulho	1.000		
Despesas de salvamento e contenção de sinistros	1.000		
Despesas com honorários de peritos	1.500		
Pequenas obras de engenharia para aplicações, reparos e reformas	5.000		
Recomposição de registros e documentos	300		
Roubo e Furtos de bens mediante a arrombamento nas dependências do segurado (condicionado a existência e permanência de vigilância 24 no local de risco)	2.500		

<u>Descrição</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>	<u>Início vigência</u>	<u>Término vigência</u>
Alagamento e/ou inundação	5.000		
Lucros cessantes	9.000		
Quebra de equipamentos (Danos Materiais)	15.000		
Despesas de combate a incêndio	1.000		

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em linha com o plano de expansão da Empresa, em janeiro de 2023, foram conectadas duas novas fazendas solares (UFV), a Monte Carmelo e a Santa Martha, respectivamente, ambas totalizando 3,5 MWac de capacidade.